



Boletim de Serviço Eletrônico em 25/09/2020
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

RESOLUÇÃO Nº 17/REIT - CEPEX/IFRO, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a aprovação da Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública, EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.016608/2019-17 considerando ainda a aprovação unânime do CEPEX, durante a 21ª Reunião Ordinária, em 22/09/2020;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública, na Modalidade a Distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

UBERLANDO TIBURTINO LEITE
 Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Uberlano Tiburtino Leite, Presidente do Conselho**, em 25/09/2020, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1029150** e o código CRC **7A425535**.

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 17/CEPEX/IFRO, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA GESTÃO PÚBLICA

Modalidade: Educação a Distância

Porto Velho – RO
 2020

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.2 DIRIGENTES

1.3 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

1.4 CORPO DIRIGENTE DA UNIDADE DE ENSINO

2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

2.1 *CAMPUS* PORTO VELHO ZONA NORTE

2.2 HISTÓRICO DA EAD NO IFRO

3 APRESENTAÇÃO DO CURSO

3.1 DADOS GERAIS DO CURSO

3.2 DADOS DO COORDENADOR DO CURSO

3.3 EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

3.4 EQUIPE RESPONSÁVEL PELA REFORMULAÇÃO DO PROJETO

3.5 DADOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO CURSO

4 JUSTIFICATIVA

4.1 JUSTIFICATIVAS PARA A REFORMULAÇÃO DO PROJETO

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

6 PÚBLICO ALVO

7 FORMAS DE INGRESSO

8 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

9 PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO

9.1 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

9.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

9.3 METODOLOGIA

9.4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

9.5 ASPECTOS TECNOLÓGICOS

9.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

9.7 AVALIAÇÃO DO CURSO

9.8 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO

10 PERFIL DO EGRESSO

11 O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

12 MATRIZ CURRICULAR

13 EQUIPE DE PROFESSORES

14 ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO DE NATUREZA ACADÊMICA, DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

14.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

14.2 COMISSÃO COORDENADORA DO CURSO

14.3 DIRETORIA DE ENSINO

14.3.1 Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE)

14.3.1.1 Coordenação de Educação a Distância (CEAD)

14.3.2 Coordenação de Assistência ao Educando (CAED)

14.3.3 Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA)

14.3.4 Coordenação de Biblioteca (CBIB)

14.3.5 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

14.4 DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO (DEPESP)

14.5 DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO (DEPEX)

14.6 DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO DE EAD (DEPEaD)

14.6.1 Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA)

14.6.2 Coordenação de Material e Design Instrucional (CMDI)

14.6.3 Coordenação de Produção e Geração Audiovisual (CPGA)

14.7 COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CGTI)

15 AMBIENTES EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS DE SUPORTE

15.1 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

15.2 SISTEMA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO

15.3 BIBLIOTECA

15.4 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

15.5 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

15.6 RECURSOS DE HIPERMÍDIA

16 EMBASAMENTO LEGAL

17 PLANOS DE DISCIPLINA

18 REFERÊNCIAS**LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS****Quadro 1** - Matriz Curricular**Quadro 2** - Professores do *Campus* Porto Velho Zona Norte que atuarão no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública e suas respectivas titulações.**1. IDENTIFICAÇÃO****1.1. DADOS DA INSTITUIÇÃO****Nome da Instituição:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.**CNPJ:** 10.817.343/0001-05.**Endereço:** Avenida Tiradentes, nº 3009, Setor Industrial.**Cidade/UF/CEP:** Porto Velho/RO – CEP: 76.821-001.**Telefones:** (69) 2182-9601**E-mail:** reitoria@ifro.edu.br**1.2. DIRIGENTES****Reitor:** Uberlando Tiburtino Leite**Pró-Reitor de Ensino:** Edslei Rodrigues de Almeida**Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação:** Gilmar Alves Lima Júnior**Pró-Reitora de Extensão:** Maria Goreth Araújo Reis**Pró-Reitora de Administração e Planejamento:** Jéssica Cristina Pereira Santos**Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional:** Gilberto Paulino da Silva**Coordenadora de Pós-Graduação IFRO-Reitoria:** Michele Noé**1.3. DADOS DA UNIDADE DE ENSINO****Nome:** *Campus* Porto Velho Zona Norte**CNPJ:** 10.817.343/0007-92**Endereço:** Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial**Cidade/UF/CEP:** Porto Velho/ RO / 76.821-002**Telefones:** (69) 2182-3801**E-mail:** campusportovelhozonanorte@ifro.edu.br**1.4. CORPO DIRIGENTE DA UNIDADE DE ENSINO****Diretora-Geral:** Ariádne Joseane Félix Quintela**Telefone:** (69) 2182-3800**E-mail:** ariadne.joseane@ifro.edu.br**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9098510338701121>**Diretor de Ensino:** Váldeson Amaro Lima**Telefone:** (69) 2182-3800**E-mail:** valdeson.lima@ifro.edu.br**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/2186520755838978>**2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

O IFRO faz parte de uma rede centenária e surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia – à época, com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena – e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisas e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo de mecanismos para a educação continuada.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- 1993: criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei 8.670, de 30/6/1993. No entanto, apenas a Escola Agrotécnica foi implantada;
- 2007: conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei 11.534, de 25/10/2007;
- 2008: criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII, da Lei 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- 2009: início das aulas e dos processos de expansão da rede do IFRO;
- 2010: implantação do *Campus* Porto Velho e início de suas atividades; em 2011, passou a denominar-se *Campus* Porto Velho Calama;
- 2011: implantação de polos de educação a distância (EaD) e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;
- 2012: implantação do *Campus* Porto Velho Zona Norte, temático, para gestão da EaD;
- 2013: início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e processo de implantação de mais dois *campi* avançados;
- 2013: instalação de 12 polos EaD;
- 2014: expansão de 12 polos EaD, passando para 24 unidades;
- 2015: convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia para criação de 176 polos de EaD em escolas estaduais, para oferta de cursos de nível técnico concomitantes;
- 2016: recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia com nota 4;
- 2017: implantação do *Campus* de Jaru.
- 2018: autorização de funcionamento do *Campus* Avançado de São Miguel do Guaporé, devidamente autorizado a funcionar pela Portaria nº 1.429, de 28 de dezembro de 2018.

O Instituto Federal de Rondônia está investindo, substancialmente, na ampliação dos *campi* e de sua rede. Atualmente, a configuração é esta: uma reitoria, nove *campi* implantados (Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim e o *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé, em processo de implantação) e 24 polos de educação a distância. Já tendo formalizado termo de cooperação com o governo estadual para o atendimento de mais 176 polos de EaD.

2.1. CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

O *Campus* Porto Velho Zona Norte teve seu funcionamento autorizado como *campus* avançado pela Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010.

No ano de 2011, com a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, iniciaram-se as atividades de planejamento e implantação da unidade oficialmente, com a aplicação de questionários para identificação da demanda a ser atendida pelo novo *campus*.

Com uma estrutura voltada à Educação a Distância (EaD), o *Campus* Porto Velho Zona Norte, por sua conversão de *campus* avançado a *campus* regular, assume, por transferência da Pró-Reitoria de Ensino, toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EaD nos *campi* e polos regionais do IFRO.

A partir do segundo semestre de 2011, passou a ofertar cursos técnicos a distância pelo sistema presencial-virtual, via satélite, pela Rede e-Tec Brasil, resultado do projeto de EaD do IFRO, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Inicialmente, foram ofertados os seguintes cursos técnicos subsequentes ao ensino médio, a saber: Meio Ambiente, Logística, Segurança do Trabalho, Reabilitação de Dependentes Químicos e Eventos. No primeiro semestre de 2012, o IFRO ofertou mais seis cursos técnicos: Administração, Serviços Públicos e os quatro do Programa Profucionário: Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Alimentação Escolar.

Com início das atividades próprias, em 2013, o *Campus* Porto Velho Zona Norte passou a ofertar outros dois cursos técnicos: Informática para a Internet e em Finanças, além do Superior de Tecnologia em Gestão Pública, todos presenciais. Além disso, com a instalação dos estúdios de produção de educação a distância, o *Campus* passou a ofertar os primeiros cursos na modalidade EaD: Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças, ainda em 2013, produzidos em seus estúdios, com equipe própria de professores e técnicos e um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) construído para esta finalidade. Alcançou, de imediato, 1.200 alunos em 12 polos EaD. Desta forma, o *Campus* ampliou o alcance de demandas com seus próprios cursos, além de também ofertar o curso técnico em Agente Comunitário de Saúde, por meio da parceria com o IFPR. Estes cursos atenderam a 12 municípios, em seis *campi* do IFRO (Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho, Vilhena) e seis polos EaD (Buritis, Jaru, Cerejeiras, Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé).

Em 2014, o *Campus* ampliou sua oferta, com a abertura de 12 novos polos EaD – nos municípios de Alta Floresta do Oeste, Candeias do Jamari, Costa Marques, Cujubim, Espigão do Oeste, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia, Nova Mamoré, Ouro Preto D'Oeste, Presidente Médici e no distrito de Extrema (Porto Velho).

A partir de 2017, iniciou a oferta dos cursos Superiores de Tecnologia em Redes de Computadores e Gestão Comercial. Em 2018, iniciou o curso de Pedagogia na modalidade EaD.

Em relação aos cursos de pós-graduação, o *campus* teve sua primeira oferta iniciada em 2015, com o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social, na modalidade EaD. A partir de 2017, passou a ofertar o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública. No segundo semestre de 2018, também passaram a serem ofertados os Cursos: de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão de Educação a Distância e o de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Planejamento Estratégico no Setor Público, ambos na modalidade EaD. No segundo semestre de 2019, o *Campus* passou a ofertar o Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Cooperativas e no primeiro semestre de 2020 passou a ofertar o Curso de Pós-graduação em Gestão de Instituições Públicas, ambos na modalidade EaD.

Deste modo, com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias no auxílio aos estudos para o ensino profissional, o *campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla, com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para a educação e, ainda, a utilização de um estúdio de transmissão e gravação de aulas, a fim de atender às mais diversas regiões do Estado, criando condições de inserção, permanência e ascensão das comunidades no mercado de trabalho.

Assim, o *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se para produzir objetos de ensino e aprendizagem e expandir a oferta de seus cursos na modalidade a distância, proporcionalmente aos investimentos em contratação de pessoal e capacitação para o uso especializado de hiper mídias e metodologias de atendimento em EaD.

2.2. HISTÓRICO DA EAD NO IFRO

A Diretoria de Educação a Distância (DEAD) diretamente vinculada ao Gabinete do Reitor é uma Diretoria Sistêmica responsável pelo planejamento, organização e fomento das atividades e políticas do ensino a distância no IFRO. Acompanha a implementação tecnológica, as ações de capacitação

de pessoal, a avaliação dos processos de ensino aprendizagem e instrução das práticas relacionadas à modalidade de oferta a distância dos cursos.

A DEAD foi responsável pela gestão e execução de planos e projetos em EaD no IFRO, firmados com parceiros como o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e prefeituras de Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé, Jaru e Buritis.

A proposta para o desenvolvimento das ações de educação a distância do IFRO está estruturada em cinco eixos: investimento em alta tecnologia, desenvolvimento de recursos pedagógicos, treinamento de pessoal técnico e docente, realização de convênios com instituições e organismos de fomento e apoio a projetos de interesse da administração pública, especificamente da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Ministério da Educação (Setec/MEC). Tem-se por meta principal a institucionalização da EaD e o desenvolvimento de projetos próprios com uso de tecnologia de ponta, como transmissão por satélite e desenho educacional de cursos e projetos.

A educação a distância em desenvolvimento no IFRO ocorre em consonância com as políticas de democratização da educação profissional e tecnológica, voltadas ao acesso de pessoas envolvidas em atividades laborais específicas. Para isso, passou-se a organizar a infraestrutura, com a implantação de programas como o e-Tec Brasil e, a partir dele, o Profucionário e Mediotec.

Ao longo do período de implantação da EaD no IFRO, foram desenvolvidas ações de planejamento e aquisição de equipamentos para instalação de um estúdio de produção de áudio, vídeo e outras mídias, bem como para instalação de uma antena com sinal de satélite próprio para transmissão com capacidade de atingir, inclusive, outros países. Os estúdios estão finalizados e em funcionamento e o satélite ativado.

3. APRESENTAÇÃO DO CURSO

3.1. DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Planejamento Estratégico na Gestão Pública.

Modalidade: a distância.

Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Área de avaliação/subárea: Administração Pública.

Habilitação: Especialista em Planejamento Estratégico na Gestão Pública.

Carga Horária: 420h.

Requisitos de Acesso/Forma de Ingresso: portadores de diplomas de graduação em cursos reconhecidos pelo MEC.

Vagas: 30

Campus de funcionamento: Porto Velho Zona Norte.

Prazo para integralização do curso: 12 a 18 meses.

3.2. DADOS DO COORDENADOR DO CURSO

Nome: Lady Day Pereira de Souza

Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial

Cidade/UF/CEP: Porto Velho/ RO / 76.821-002

Telefones: (69) 2182-3801

E-mail: lady.souza@ifro.edu.br

3.3. EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

O Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública, na modalidade presencial, foi elaborado pela equipe designada pelo Diretor-Geral do *Campus* Porto Velho Zona Norte, por meio da Portaria nº 83, de 11 de junho de 2014, composta pelos seguintes servidores: Jonimar da Silva Souza (Mestre), Adriano Marcos Dantas da Silva (Mestre), Higor Cordeiro de Souza (Mestre), Ronilson de Oliveira (Especialista), Miguel Fabrício Zamberlan (Especialista), Marcilei Serafim Germano (Especialista), Cristiano Polla Soares (Especialista), Denise Ton Tiussi (Especialista), Anabela Aparecida Silva Barbosa (Especialista). Posteriormente, o PPC foi reformulado pela Portaria nº 67, de 23 de abril de 2015, a qual alterou o nome do curso de pós-graduação *lato sensu* para Planejamento Estratégico na Gestão Pública e acrescentou os nomes dos professores Marcilei Serafim Germano, Higor Cordeiro de Souza, Anabela Aparecida Silva Barbosa e Adriano Marcos Dantas da Silva.

3.4. EQUIPE RESPONSÁVEL PELA REFORMULAÇÃO DO PROJETO

O projeto foi reformulado por uma equipe designada pela Direção-Geral do *Campus* Porto Velho Zona Norte, por meio da Portaria nº 130, de 10 de maio de 2019, composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro: João Batista Teixeira de Aguiar (Mestre), Artur Virgílio Simpson Martins (Mestre), Guilherme Tadaki Tazo Gaspar (Especialista), Lady Day Pereira de Souza (Mestre), Marialva de Souza Silva (Especialista), Patrícia Feitosa Basso Miranda (Mestre), Vanessa Araújo de Oliveira (Mestre).

Para finalizar os trabalhos, a equipe designada pela Direção-Geral do *Campus* Porto Velho Zona Norte, por meio da Portaria nº 130, de 10 de maio de 2019, foi reconduzida, com alterações na composição de seus membros, por meio da Portaria nº 122/PVZN - CGAB/IFRO, de 22 de maio de 2020, ficando a presente comissão, sob a presidência da primeira, composta pelos seguintes servidores: Lady Day Pereira de Souza (Mestre), Maray del Carmen Silva Rodrigues (Mestre), Marialva de Souza Silva (Especialista).

3.5. DADOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO CURSO

Nome: Lady Day Pereira de Souza

End.: Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial

Cidade/UF/CEP: Porto Velho/ RO / 76.821-002

Fone: (69) 2182-3800

E-mail: lady.souza@ifro.edu.br

Nome: Maray del Carmen Silva Rodrigues

End.: Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial

Cidade/UF/CEP: Porto Velho/ RO / 76.821-002

Fone: (69) 2182-3818

E-mail: maray.rodrigues@ifro.edu.br

Nome: Jonimar da Silva Souza

End.: Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial

Cidade/UF/CEP: Porto Velho/ RO / 76.821-002

Fone: (69) 2182-3800

E-mail: jonimar.souza@ifro.edu.br

4. JUSTIFICATIVA

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, como modelo institucional inovador, assumindo o protagonismo do processo de expansão das políticas educacionais federais, com forte inserção na área da pesquisa aplicada, extensão tecnológica e na formação de professores para as redes públicas de educação básica.

Os Institutos assumem valor estratégico para o desenvolvimento nacional, com atuação no ensino fundamental e médio, na formação inicial e continuada de trabalhadores, na formação de técnicos, nos cursos superiores de tecnologia, nas licenciaturas e em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento, conforme preconiza a Resolução n. 08/CONSUP/IFRO, de 08 de maio de 2015.

Posto que o *Campus* Porto Velho Zona Norte já oferece o curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, buscou-se concretizar um processo de verticalização, por meio da consolidação de uma pós-graduação na mesma área, possibilitando a capacitação de servidores públicos do estado e a complementação de formação de seus egressos.

Por sua vez, as profundas transformações impulsionadas pela 4ª Revolução Industrial, cujas características mais proeminentes são os avanços de tecnologias revolucionárias relacionadas às telecomunicações, inovações e comunicações (TICs), vem impactando significativamente as atividades desenvolvidas pelo ser humano nas mais diversas áreas de atuação profissional, interpondo contínuos e complexos desafios em termos de conhecimentos e habilidades técnicas e tecnológicas capazes de adequar-se a nova morfologia do mercado de trabalho contemporâneo, que sinaliza espaços crescentes tanto para o empreendedorismo quanto para a necessidade de aperfeiçoamentos continuados relacionados ao universo da inteligência artificial e particularmente à internet das coisas.

No âmbito da Gestão Pública, com a tendência de fortalecimento da democracia, as práticas de gestão participativa ganharam novos significados, e elevaram os padrões de qualidade dos serviços públicos demandados pela sociedade. Por sua vez, a participação ativa dos diversos atores sociais nos processos de elaboração e implementação de políticas públicas criaram novas exigências e melhores níveis de capacitações técnica e tecnológica, tornando ainda mais complexos os processos de gestão pública, também em razão do elevado volume de regras específicas próprias deste setor, cujas aplicabilidades e operacionalizações vêm demandando modalidades de ensino e aprendizado cada vez mais sofisticados e específicos.

A "Administração Pública Gerencial", muito embora tenha surgido nos anos 1970, nos principais países desenvolvidos, vem sendo implementada no Brasil a partir de meados dos anos 1990, tendo ganhado força nas duas últimas décadas. Esse novo modelo de gestão pública surge em decorrência daquela multiplicidade de transformações que solaparam os processos de gestão característicos do modelo burocrático, que não mais mostrava-se suficientes para lidar com as demandas contemporâneas da sociedade, passando a valorizar modalidades de controles voltados para resultados em detrimento de formas de controles baseados em processos burocráticos.

Dessa forma, o desempenho eficiente do gestor público passou a depender de uma gama de conhecimentos e habilidades característicos da Gestão Pública contemporânea, das distintas modalidades e dimensões da Gestão Pública contemporânea, englobando distintas áreas e modalidades, a saber: departamentos, órgãos, entidades, ou implementação e monitoramento de programas, projetos, atividades e políticas públicas, por meio da alocação mínima de recursos, visando atender as crescentes demandas da sociedade, em consonância com as normas legais vigentes. Tais atribuições requerem, pois, a realização de processos contínuos de capacitações, conforme as competências e habilidades do gestor público contemporâneo, os quais requerem as habilidades tecnológicas, conforme as proposições sugeridas a seguir: Gestão do planejamento estratégico; Gestão de processos; Gestão de contratos; Gestão de projetos; Gestão de marketing; Gestão financeira e orçamentária; Mensuração de desempenhos e avaliação de resultados; Prestação de contas relacionadas à desempenhos e resultados; Processos de envolvimento de cidadãos; Processos de negociação e solução de conflitos. (NEWCOMER, 1999, p. 12).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia trazem inovações nas dimensões política, institucional e pedagógica, que os habilitam a um papel estratégico na formulação das políticas de educação. Os desafios da contemporaneidade exigem dos agentes envolvidos com a educação profissional e tecnológica a capacidade de articular a ação docente com os processos mais amplos da gestão escolar. A partir disso, faz-se necessário refletir acerca das organizações públicas nas dimensões estratégicas, administrativas e de liderança. Neste contexto, é necessário proporcionar a formação profissional para atuar no cotidiano das organizações públicas gerindo de forma estratégica a dinâmica organizacional e sendo o propulsor de projetos que melhorem e transformem a realidade atual.

A formação em cursos de pós-graduação *lato sensu* permite o aperfeiçoamento do profissional, de modo que este atue com domínio sobre uma área específica, possibilitando desenvolver atividade com exímio conhecimento, neste caso concebendo e aplicando as estratégias para otimizar os processos característicos de gestão das organizações públicas.

Assim, ofertar cursos que confirmem competências para o exercício com especialidade em determinada área é um dos objetivos dos Institutos Federais de Educação. Deste modo, o IFRO, assumindo seu compromisso social de oferecer ensino, pesquisa e extensão, apresenta uma proposta para suprir lacunas de formação de profissionais na área da gestão de organizações públicas, pautada no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades tecnológicas específicas, que o mundo do trabalho contemporâneo requer. Para aumentar, portanto, a qualidade de resposta das organizações públicas às demandas da população brasileira, os governos — federal, estaduais e municipais — têm investido fortemente na política de educação profissional e tecnológica, visando articular estratégias e projetos de ensino, pesquisa e extensão, que impliquem no aumento da escolaridade formal, na profissionalização tecnológica, e na formação permanente dos trabalhadores, ampliando, assim, a empregabilidade dos formandos, considerando o contexto frequente de reinserção e/ou permanência no mercado de trabalho formal.

Para cumprir e viabilizar esta perspectiva é que se apresenta o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública, que buscará ofertar conhecimentos relacionados às especificidades da gestão de organizações públicas, planejamento estratégico, mensuração e avaliação de desempenhos, prestação de contas e resultados, processos de envolvimento de cidadãos e negociação envolvendo a solução de conflitos, capazes de habilitar o profissional para atuar de modo a renovar a gestão de organizações públicas sobre o prisma da excelência e da qualidade em seus serviços, buscando o fim maior constitucionalmente erigido que é o bem comum.

A partir do pressuposto epistemológico de formação e qualificação, o IFRO alia-se a finalidade de democratização do ensino buscando um melhor atendimento das condições de tempo-espaço dos sujeitos do ato de aprender, em consonância com a missão e os objetivos legais definidos para os Institutos Federais de Educação, essa formação contribuirá para a atualização e o desenvolvimento de práticas com base em novos conhecimentos, habilidades e competências direcionadas para diferentes experiências no mundo do trabalho das organizações públicas.

4.1. JUSTIFICATIVAS PARA A REFORMULAÇÃO

A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública se justificou pelas diversas deliberações que ocorreram no decorrer dos anos nas reuniões do colegiado do curso, registradas em atas. Além disso, a partir da Resolução n. 01, de 06 de abril de 2018, que altera o formato das pós-graduações, se faz necessária a alteração da modalidade do curso para a modalidade EaD, pois o curso estava

registrado na modalidade presencial, mas funcionava como um curso na modalidade híbrida, o que estava em desacordo com a Resolução nº 1/2018/CNE/CES e a Resolução nº 17/IFRO - CONSUP/2018, o que inviabilizava os registros acadêmicos nos sistemas do IFRO, principalmente nos diários do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

Outra alteração realizada no PPC de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública, deliberada em reunião do colegiado do curso, foi no quantitativo de vagas a serem disponibilizadas por oferta, sendo reduzida de 40 (quarenta) vagas para 30 (trinta) vagas por turma.

As alterações nos planos de disciplinas foram necessárias devido a necessidade de atualização das ementas, dos objetivos e das referências básicas e complementares das disciplinas. As alterações nas ementas foram necessárias para que possa aproveitar os materiais, modificando-se apenas as especificidades de cada curso, sanando os excessos e com a finalidade de evitar que uma ementa aborde o conteúdo de outra, de modo a não ficar repetitivo, e tornar os cursos alinhados, proporcionando o processo mais otimizado e eficiente. Também foram realizadas a atualização nas referências bibliográficas básicas e complementares, necessárias para estarem em consonância com o acervo da biblioteca do *Campus*.

5. OBJETIVOS

5.1. OBJETIVO GERAL

Capacitar pessoas para atuar como gestores, desenvolvendo competências, habilidades, atitudes, articulação, liderança e desenvolvimento de ações inovadoras, no âmbito das organizações públicas, considerando seus desafios e perspectivas contemporâneas e visando o aperfeiçoamento dos serviços públicos.

5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os princípios, as metodologias e as principais ferramentas características utilizadas no planejamento estratégico de organizações públicas;
- Analisar as estratégias inovadoras de gestão do planejamento estratégico nas organizações públicas;
- Apresentar a dinâmica de funcionamento da gestão financeira, orçamentária e do planejamento estratégico nas organizações públicas;
- Discutir estratégias inovadoras de gestão de pessoas nas organizações públicas;
- Desenvolver competências na área de gestão de marketing nas organizações públicas;
- Analisar os sistemas de mensuração e avaliação de desempenho, por intermédio do uso de métricas e indicadores de desempenho específicos de organizações públicas;
- Analisar critérios de monitoramento e avaliação de programas, projetos, atividades e políticas públicas.

6. PÚBLICO ALVO

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública é direcionado, preferencialmente, para servidores públicos federais, estaduais e municipais que atuam ou tenham potencial para atuar como gestores de organizações públicas, que possuam graduação em curso de nível superior certificado pelo Ministério da Educação (MEC).

7. FORMAS DE INGRESSO

As formas de ingresso serão definidas via edital público, onde constarão as especificidades do processo seletivo e requisitos mínimos exigidos para ingresso no curso.

8. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

O egresso do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública deve, ao final do curso, em termos de competências, habilidades e atitudes, ser capaz de atuar na implementação, acompanhamento e avaliação de programas, projetos, atividades e políticas públicas, atuando na gestão estratégica das organizações públicas agregando a prática profissional os conhecimentos teóricos e práticas adquiridos no curso.

A realização exitosa do Curso deve habilitar o egresso a executar um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que o capacite para o desempenho das atribuições típicas de um gestor público contemporâneo, possibilitando que o mesmo proveja a disponibilização de uma gama de serviços públicos, de acordo com os padrões demandados pela sociedade, de modo eficiente, eficaz e efetivo.

9. PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO

9.1. CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

O instrumento indelével de um processo educativo é o poder de construção do conhecimento e a utilização da educação como mecanismo de transformação pessoal, profissional e social. É com este propósito que se apresenta a qualificação do profissional que atua nas organizações públicas, de modo que seja capaz de atuar com propriedade e posse de habilidades e competências necessárias à transformação da prática baseada no planejamento estratégico, resultando em uma gestão pública eficaz.

A educação e a formação profissional aliam-se ao contexto social na composição da tríade educativa. Neste processo, eis que na perspectiva de Lévy (1999), não se pode mais conceber o mundo sem tecnologia. As tecnologias intelectuais amplificam, exteriorizam e modificam várias funções cognitivas humanas como a memória, a imaginação, a percepção e o raciocínio. Além de favorecerem novas formas de acesso à informação e novos estilos de raciocínio e de conhecimento.

É patente que a educação se faz por meio da prática, e esta precisa estar constantemente atualizada e devidamente abalizada na doutrina pedagógica, nas diretrizes curriculares, e nas metodologias didáticas que promovem o processo educativo de construção e desenvolvimento de habilidades e competências humanas, sociais e profissionais (GARDNER, 2012).

É condição da *práxis* educativa conceber, construir, utilizar e gerir as atividades e recursos, seu acompanhamento efetivo e análise de seus resultados, posto que esta é "o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens" (SAVIANI, 1991, p 21).

O ato educativo no Instituto Federal de Rondônia em qualquer de suas modalidades deve ser desenvolvido conforme os princípios de liberdade de pensamento, reflexão crítica, atendimento solidário, ação responsável, construção de competências, preparação para a cidadania, formação para o mundo do trabalho e a continuidade de estudos.

Com vistas a atender a evolução tecnológica, ampliar as oportunidades educacionais e oferecer qualificação em caráter de especialização é necessário reconhecer que a proposta metodológica está composta de forma a proporcionar a formação integral do estudante por meio da atualização profissional, buscando contribuir para o seu desenvolvimento profissional e pessoal, prático, crítico e político, pois na perspectiva de Freire (2012, p.45):

Ensinar exige rigorosidade metódica: o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que

devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser (FREIRE, 2012, p.45).

Partindo da ideia de mediação na perspectiva de Vygotsky, compreende-se esta como inerente ao processo educativo e no atual contexto, imprescindível ao uso das TICs, e exatamente por esse grau, apresenta-se a utilização de estratégias que possibilitem a postura crítica, ética, solidária e criativa articulada a implementação de tecnologias, em especial aquelas que permitam ao aluno desenvolver-se de forma autônoma, tornando-o o agente ativo do seu processo educativo.

Para efetivar um processo educativo que atenda estes propósitos, que se estruture em curto prazo, com prevalência da justa qualidade em um currículo articulado com as demandas das tecnologias, e destinado a habilitar profissionais capazes de promover uma gestão pública estratégica e aliada aos princípios da excelência, apresenta-se o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública como conceito e prática de complementação e potencialização educacional e profissional.

9.2. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O curso contará com o suporte, quando ofertado por meio de parcerias, convênios ou outros financiamentos, de uma equipe multidisciplinar formada por supervisão pedagógica, revisão textual, tutores e outras funções que sejam necessárias.

9.3. METODOLOGIA

O curso tem duração de 420 (quatrocentas e vinte) horas. Destas, 276 (duzentas e setenta e seis) horas são computadas para o desenvolvimento de atividades a distância, no ambiente virtual de aprendizagem, com o apoio de tutoria, sendo realizado pelo professor da disciplina, os estudos individuais ou em grupos e a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Serão computadas 144 (cento e quarenta e quatro) horas destinadas a encontros presenciais para a realização de atividades avaliativas e avaliação final, sendo que a cada disciplina ocorrerão 04 (quatro) encontros presenciais, cada um com duração de 04 (quatro) horas, totalizando 16 (dezesesseis) horas por disciplina ofertada.

A proposta baseia-se em uma prática educacional como a ação dialética entre professor e aluno, fazendo uso dos recursos de informação e comunicação para viabilizar e aperfeiçoar a relação Professor-Aluno-Saber, para isso serão utilizadas um conjunto de tecnologias de informação e comunicação nas relações entre docente e aluno, desdobrando-se em novas relações com o conhecimento, que aponta para uma marca da EaD que constitui, por sua vez, uma concepção de Educação a Distância baseada na ideia de autoaprendizagem ou de autonomia, tal concepção está centrada no “sujeito aprendiz, considerado como um indivíduo autônomo, capaz de gerir seu próprio processo de aprendizagem”(BELLONI, 1999).

Dessa maneira, há a vantagem de se estudar onde e quando for mais conveniente e adequado, livre da rigidez das rotinas escolares, porém, cabe destacar que isso exigirá em contrapartida a maturidade do aluno no “gerenciamento” de suas práticas de aprendizagem ou estudo, resultando num sujeito ou aprendiz autônomo.

Soma-se a proposta o desenvolvimento de atividades contextualizadas e de experiência prática ao longo do processo de formação, com a utilização de ferramentas disponibilizadas no contexto das novas TIC, tais como: vídeos, fóruns, chats e a utilização da biblioteca (física e virtual), possibilitando aos cursistas o desenvolvimento da autonomia da aprendizagem e, ainda, a facilidade na busca da informação e construção do conhecimento.

O caráter interdisciplinar do curso está respaldado na programação de palestras e debates com gestores convidados, por meio de web conferências e outras ferramentas de transmissão online, fomentando a reflexão sobre assuntos que estão no estado da arte, recebendo atenção especial dos dirigentes públicos.

9.4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O curso é composto por 09 (nove) disciplinas integradas. Os materiais didáticos das aulas serão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), onde também estarão as atividades a serem desenvolvidas, comunicados, notas e acesso para comunicação entre alunos e professores. Haverá momentos presenciais para a realização de atividades avaliativas e avaliação final, sem prejuízo da adoção de outros métodos aptos à produção dos resultados almejados.

Haverá atendimento remoto, com a utilização de ferramentas específicas do AVA, para sanar dúvidas de conteúdo e dúvidas quanto às questões técnico administrativas. O acesso regular ao AVA é obrigatório e o aluno deve cumprir os prazos divulgados em calendário acadêmico e nos recursos do próprio AVA. A falta de acesso ao ambiente configura ausência e não cumprimento das atividades obrigatórias do curso, o que pode acarretar a reprovação do aluno.

Os componentes curriculares serão ofertados de acordo com o calendário acadêmico, bem como as avaliações presenciais e as defesas de TCCs. Cada componente será disponibilizado no AVA com a respectiva carga horária de realização das atividades.

Assim, a estrutura é baseada na educação interativa, significativa e flexível, pautada nos princípios de autonomia, cooperação e interação e com o uso de recursos tecnológicos como suporte, composto pelo seguinte itinerário:

- I - Acesso às web aulas;
- II - Estudos a distância: avaliação de percurso e outras atividades;
- III - Realização de avaliações presenciais;
- IV - Apresentação do trabalho de conclusão de curso.

- **Web aulas:** aulas gravadas, vídeos, tutorias, com transmissão via internet, às quais o aluno poderá assistir a partir de seu próprio computador. Os recursos serão disponibilizados no AVA, conforme cronograma;
- **Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA):** neste espaço, o aluno terá acesso às vídeo aulas, ao material de leitura, às atividades, assim como poderá interagir com os demais colegas e tutores da disciplina;
- **Estudos a distância:** os estudos a distância estarão apoiados em avaliação de percurso e no aprofundamento em materiais de apoio, constituindo-se em atividades avaliativas desenvolvidas ao longo da disciplina e realizadas por meio do AVA;
- **Avaliações presenciais:** são obrigatórias para a conclusão das disciplinas e do curso; compreendem avaliação presencial em cada disciplina da grade e a defesa oral do TCC. As avaliações presenciais seguirão dias e horários especificados em calendário;
- **TCC:** compreende a elaboração escrita e a defesa oral de alguma das atividades elencadas na seção 10, sendo apto o aluno que obtiver o cumprimento integral da matriz curricular. O TCC observará a Resolução n. 31/ CONSUP/IFRO, de 06 de agosto 2015, que normatiza os Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* do IFRO, assim como a Resolução n° 53/REIT - CONSUP/IFRO, de 03 de outubro de 2019 que altera a Resolução n° 31/CONSUP/IFRO/2015.

- **Tutores administrativos:** auxilia os alunos quanto às questões acadêmicas e administrativas;
- **Tutores das disciplinas:** compreende o esclarecimento de dúvidas através de fóruns de discussão realizados no AVA, correspondências virtuais e participação em chats. Tem a responsabilidade de exercer as atividades típicas de tutoria a distância, promovendo espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos, assistir os alunos nas atividades e acompanhar as atividades do AVA.

O aluno deve assistir às aulas e cumprir as atividades – o não cumprimento do calendário programado acarretará reprovação do aluno nas disciplinas. Posteriormente, deve realizar as avaliações presenciais e a defesa de TCC, que são obrigatórias. As avaliações presenciais seguirão dias e horários especificados em calendário acadêmico.

9.5. ASPECTOS TECNOLÓGICOS

Será disponibilizado um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na Plataforma MOODLE. Segundo Behar e Leite:

[...] a expressão Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é entendida como um espaço na Internet formado pelos sujeitos, suas interações e as formas de comunicação que se estabelecem através de uma plataforma de software (infra-estrutura tecnológica composta pelas funcionalidades e interface gráfica), tendo como foco principal a aprendizagem. (2005, p.2)

O conceito de plataforma é aqui entendido como uma infraestrutura tecnológica que é constituída por funcionalidades e interface gráfica que compõe o AVA. Neste espaço, o aluno terá acesso às videoaulas, ao material de leitura, às atividades, assim como poderá interagir com os demais colegas e tutores da disciplina. Neste sentido, o ambiente virtual onde ocorrerá a interação entre os sujeitos, a disponibilização dos recursos e atividades, os textos e vídeos será a Plataforma MOODLE, configurada conforme as necessidades específicas deste curso.

Além dos recursos voltados para a interação e realização de atividades, serão postados os seguintes vídeos/textos no AVA: Vídeo de apresentação da disciplina, vídeo de orientações das atividades, textos em PDF que serão as leituras basilares das disciplinas, vídeos sugeridos pelos professores, postados na Estante de Vídeos, material instrucional elaborada pelo professor da disciplina.

9.6. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do acadêmico será realizada como parte integrante do processo educativo, acontecerá ao longo do curso de modo a permitir reflexão-ação-reflexão na perspectiva de regulação da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa, processual e somativa (PERRENOUD, 2010).

A Avaliação, como um processo contínuo e concomitante às atividades do aluno, é um recurso metodológico de reorientação dos processos de ensino e aprendizagem, e encaminha para um processo dialógico, cooperativo, interativo, onde professor e aluno aprendem juntos, o que possibilita a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos.

Neste curso o modelo de avaliação deve considerar seu ritmo e estilo de aprendizagem, de forma a ajudá-lo a desenvolver desempenhos ascendentes de competências, descritas por conhecimentos, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos no curso.

Serão utilizados principalmente métodos e instrumentos como: estudo de caso, avaliações individuais, mapas conceituais, desenvolvimento de projetos, seminários, elaboração de artigos e apresentação do trabalho final.

Os resultados quantitativos serão traduzidos em notas numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), estando aprovado o estudante que obtiver uma média final igual ou superior a 60 (setenta) pontos em cada componente curricular.

A avaliação da aprendizagem deverá priorizar a aplicabilidade do conhecimento, e das habilidades e competências desenvolvidas ao longo das disciplinas. Deve considerar a apropriação dos conteúdos, a apropriação e aplicação de métodos e técnicas participativas e suas variações, e apropriação e aplicação de modelo de participação coletiva.

O percentual da avaliação e atividades deverá seguir o Art. 56 da Resolução n. 17/REIT - CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, que trata da organização acadêmica nos cursos de Pós-Graduação.

Farão jus ao certificado de Especialista em Planejamento Estratégico na Gestão Pública apenas os alunos que tiverem obtido aproveitamento igual ou superior a 60 (sessenta) em todas as disciplinas, bem como ter realizado as atividades disponibilizadas no ambiente virtual, segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos e assegurados.

9.7. AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do Curso deverá favorecer ao aperfeiçoamento da qualidade da educação superior e à consolidação de práticas pedagógicas que venham a reafirmar a identidade acadêmica e institucional, particularmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

As dimensões de avaliação do curso são: avaliação de desempenho dos professores e a avaliação da coordenação. A avaliação de desempenho dos professores será realizada pelos estudantes ao final de cada componente curricular em formulário específico, quando serão avaliados aspectos como vinculação teoria/prática, atividades pedagógicas atuais e exequíveis, capacidade de motivação, dentre outros. A avaliação da coordenação será feita pelos de estudantes e por todos os professores que atuam no curso. Deverá avaliar a capacidade de resolução de problemas, organização e empatia da coordenação.

9.8. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO

O aproveitamento de estudos e certificação ocorrerá conforme o que estabelece as normativas do IFRO e legislação em vigor. Nesse sentido, poderá acontecer aproveitamento de disciplinas, de acordo com a oferta do curso, levando-se em conta a realidade da instituição que as ofereceu e análise realizada pela comissão coordenadora do curso, levando em consideração a matriz curricular, ementa, referências e carga horária do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública do IFRO, conforme as orientações contidas na Resolução n. 17/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, Regulamento de Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação do IFRO.

O Aproveitamento de estudos é a prática de reconhecimento e aceitação de estudos concluídos em uma ou mais disciplinas, com resultado suficiente para promoção atestada por instituições de ensino reconhecidas legalmente, quando os estudos realizados na instituição de origem contemplar, no mínimo, 75% dos conteúdos e da carga horária da disciplina no projeto pedagógico do curso de destino.

Ao concluir todas as etapas do curso com aproveitamento e aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno fará jus ao título de especialista em Planejamento Estratégico na Gestão Pública.

O aluno que não cumprir integralmente a matriz curricular, segundo definido no projeto pedagógico, e atingir no mínimo 180 horas no curso, fará jus ao certificado de aperfeiçoamento, conforme o art. 92 da Resolução n. 17 CONSUP/IFRO.

O certificado será expedido pelo Instituto Federal de Rondônia, em conformidade com a Resolução CNE/CES n. 01/2018, de 06 de abril de 2018. O controle da documentação escolar deverá obedecer ao disposto nas normas internas relativas ao registro escolar da instituição de ensino ofertante.

As disciplinas de Pós-Graduação cursadas em outras instituições ou no próprio IFRO poderão ser aceitas, mediante aprovação da Coordenação de Curso, juntamente com os professores da disciplina, conforme Art. 82 da Resolução n. 17 CONSUP/IFRO.

10. **PERFIL DO EGRESSO**

O egresso do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública deve, ao final do curso, em termos de competências, habilidades e atitudes, ser capaz de atuar na implementação, acompanhamento e avaliação de programas, projetos, atividades e políticas públicas, atuando na gestão estratégica das organizações públicas agregando a prática profissional os conhecimentos teóricos e práticas adquiridos no curso.

11. **O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

O trabalho de conclusão de curso (TCC) constitui-se como atividade curricular obrigatória e compreende a elaboração e a apresentação, preferencialmente, de um projeto desenvolvido ao longo do curso, cujo foco será um determinado desafio identificado ao longo do curso ou pela própria vivência e experiência profissional do cursista.

O trabalho de conclusão de curso (TCC) oportunizará aos alunos discussões para o desenvolvimento de um estudo a ser apresentado publicamente. O resultado da execução do referido projeto poderá ser, conforme Resolução n. 31/CONSUP/IFRO, de 06 de agosto 2015:

- I - Projeto de pesquisa, com a perspectiva de prosseguir os estudos em nível de pós-graduação *Stricto Sensu*, a ser defendido em arguição;
- II - Projeto de inovação de processo ou produto e artefato ou protótipo, abrangente e estratégico para a sociedade e para a área de conhecimento do curso, neste caso, acompanhado do projeto e do relatório de pesquisa desenvolvida para a confecção do artefato ou protótipo, a serem defendidos em arguição;
- III - Pesquisa científica no formato de artigo;
- IV - Projeto de extensão.

Haverá um grupo de professores responsáveis pela orientação dos TCCs e um professor responsável pela disciplina TCC. Assim, o TCC será orientado por um professor que integra o corpo docente do curso e deverá ser apresentado para a integralização do curso, após a conclusão de todas as disciplinas previstas na matriz curricular. Ele expressará os processos de aprendizagem, o comprometimento pessoal e o envolvimento docente no projeto.

O agendamento da apresentação dos TCCs deverá ser feito pelo orientador, após a conclusão do trabalho, dentro do prazo estabelecido para a integralização do curso. O calendário de apresentação dos TCCs será disponibilizado aos orientadores e aos discentes em tempo hábil pela coordenação do curso. A defesa será feita por banca examinadora composta pelo orientador e dois docentes, podendo ser presencial. A banca examinadora, após a apreciação dos trabalhos, atribuirá o resultado final: Aprovado, Aprovado com ressalvas ou Reprovado, com notas de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. No caso da Aprovação com ressalvas será concedido ao aluno o prazo de, no máximo 30 dias corridos a contar da data da apreciação do TCC para o cumprimento das exigências da banca examinadora.

12. **MATRIZ CURRICULAR**

12.1. A matriz curricular do curso está estruturada conforme organização a seguir:

Quadro 1: Matriz Curricular

Módulo	Componentes Curriculares	Carga Horária
Módulo I: Fundamentos do Planejamento Estratégico nas Organizações Públicas;	Planejamento Estratégico nas Organizações Públicas	40
	Métricas e Indicadores de Desempenho	40
	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	40
	Metodologia da Pesquisa Científica	40
Módulo II: Gestão do Planejamento Estratégico nas Organizações Públicas;	Gestão Estratégica	40
	Gestão Financeira e Orçamentária	40
	Gestão Estratégica de Projetos	40
	Gestão Estratégica de Pessoas	40
	Gestão Estratégica de Marketing	40
Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso	TCC	60
TOTAL		420

13. **EQUIPE DE PROFESSORES**

De acordo com o Regulamento Geral de Cursos de Pós-Graduação do IFRO e com a Resolução n. 1, do Conselho Nacional de Educação - CNE, de 6 de abril de 2018, o corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente. Sendo constituído, prioritariamente, por docentes do IFRO, mas, profissionais de outras Instituições poderão integrar o projeto, desde que não ultrapassem a 1/3 (um terço) do total de docentes.

Quadro 02 : Professores do *Campus* Porto Velho Zona Norte que atuarão no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública e suas respectivas titulações.

Professores	Titulação
Adriana Zanki Cordenonsi	Especialista
Anabela Aparecida Silva Barbosa	Mestre
Angelina Maria de Oliveira Licório	Mestre
Artur Virgílio Simpson Martins	Mestre
Guilherme Tadaki Tazo Gaspar	Especialista
João Batista Teixeira de Aguiar	Mestre
Jonimar da Silva Souza	Mestre
Lady Day Pereira de Souza	Mestre
Valdeson Amaro Lima	Doutor

14. **ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO DE NATUREZA ACADÊMICA, DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

Conforme o art. 9 da Resolução nº 08/CONSUP/IFRO, de 08 de maio de 2015, que dispõe sobre o Regulamento da Política de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e, a pós-graduação no IFRO está organizada em três níveis de gestão:

- I - Coordenação Geral de Pós-Graduação PROPESP/Reitoria: fomentar e acompanhar as atividades e políticas de Pós-Graduação do IFRO;
- II - Coordenação de Pós-Graduação: fomentar e acompanhar as atividades da Pós-Graduação do *Campus*;
- III - Coordenação de Curso: coordena, fomentar, executar e acompanhar ações no âmbito do curso.

14.1. COORDENAÇÃO DO CURSO

À coordenação do curso compete:

- Convocar e presidir as reuniões da Comissão Coordenadora, com direito ao voto de qualidade;
- Quando convocado, representar a Comissão em reuniões da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP), do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e Colégio de Dirigentes;
- Executar as deliberações da Comissão e o que estabelecem as normas de funcionamento do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública;
- Indicar, dentre os membros da Comissão Coordenadora de Curso de Pós-Graduação em Planejamento Estratégico na Gestão Pública um Coordenador Adjunto;
- Comunicar à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP), qualquer mudança ou irregularidade no funcionamento do Curso, solicitar e indicar correções necessárias;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria submetida a análise da Comissão;
- Decidir sobre matéria de urgência "*ad referendum*" da Comissão Coordenadora do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública e encaminhado à Comissão para a aprovação no período regimental do IFRO.

14.2. COMISSÃO COORDENADORA DE CURSO

A comissão coordenadora do curso é constituída por três membros: Lady Day Pereira de Souza; Maray del Carmen Silva Rodrigues, Jonimar da Silva Souza. A esta comissão compete:

- Coordenar, supervisionar e tomar as providências necessárias para o funcionamento do Curso, conforme estabelece as suas normas e este Regulamento;
- Exercer a coordenação interdisciplinar, visando conciliar os interesses de ordem didática no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública;
- Verificar o cumprimento do conteúdo programático e da carga horária das disciplinas do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública;
- Estabelecer mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública;
- Elaborar e apresentar a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação um relatório, destacando os principais pontos positivos e negativos da realização do Curso, inclusive com sugestões, caso haja novo oferecimento do Curso, para discussão e avaliação;
- Designar Orientador para os alunos do Curso.

14.3. DIRETORIA DE ENSINO (DE)

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* Porto Velho Zona Norte e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão. Conta com as seguintes seções de apoio: Departamento de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos e Coordenação de Biblioteca.

14.3.1. Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE)

O Departamento de Apoio ao Ensino desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange à elaboração, tramitação, organização, ao recebimento e à expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante de nível médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino. Com o auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, atua na dimensão do ensino técnico para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

14.3.1.1. Coordenação de Educação a Distância (CEAD)

A Coordenação de Educação a Distância, vinculada ao Departamento de Apoio ao Ensino, é o setor responsável pela execução das atividades do ensino a distância no *campus*, realizando, em consonância com o Departamento de Apoio ao Ensino, o planejamento, a organização a avaliação dos processos de ensino aprendizagem e instrução das práticas relacionadas à oferta de cursos nesta modalidade.

14.3.2. Coordenação de Assistência ao Educando (CAED)

A Coordenação de Assistência ao Educando desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; é o setor responsável pelo desenvolvimento dos programas de assistência estudantil. É constituída por uma equipe multiprofissional, cujo principal objetivo é prestar apoio aos estudantes do *campus*, ampliando as condições de acesso, permanência e êxito no processo educativo, na perspectiva da equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

14.3.3. Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA)

A Coordenação de Registros Acadêmicos registra, acompanha, informa e realiza o controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de diplomas.

14.3.4. Coordenação de Biblioteca (CBIB)

A Coordenação de Biblioteca registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação

geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso das obras, impressas ou em outras mídias.

14.3.5. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

O NAPNE é um setor de assessoramento para o atendimento educacional de estudantes que apresentem necessidades educacionais específicas. O Núcleo tem por objetivo a promoção de ações educacionais, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que visem à superação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e de informação, tecnológicas, sistêmicas e educacionais. O NAPNE tem por finalidade colaborar com os processos de acesso, procedimentos para a permanência e possibilidade de saída com sucesso em cursos de educação profissional e tecnológica dos estudantes com necessidades educacionais específicas. A equipe nomeada para núcleo colabora com o corpo docente e Coordenação de Curso quanto à (ao) (s):

- atendimento especializado/específico;
- adaptação curricular e metodológica (parte teórica e parte prática);
- avaliação diferenciada conforme a necessidade específica apresentada;
- tecnologias assistivas;
- apoio/acompanhamento pedagógico;
- produção de material didático;
- possibilidade de ampliação do prazo máximo de integralização do curso (após análise do conselho);
- terminalidade específica (ver Resolução 2/2013/CNE/CEB).

14.4. DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO (DEPESP)

Atende às necessidades da instituição também de forma articulada, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos. Atualmente possuem duas coordenações subordinadas a esse departamento: Coordenação de Pesquisa e Inovação e Coordenação de Pós-Graduação.

A Coordenação de Pesquisa e Inovação trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), PIBIC Júnior e outros, além de projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, no âmbito interno ou não, envolvendo alunos, professores e a comunidade externa.

A Coordenação de Pós-Graduação trabalha com o desenvolvimento institucional de programas de pós-graduação, visando articular as áreas de atuação do *campus* com a proposição de cursos de pós-graduação voltados aos segmentos que possibilitem o desenvolvimento de novas competências, tanto institucionais quanto pessoais para alunos e servidores da instituição.

14.5. DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO (DEPEX)

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância destes e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *Campus*; participa das atividades de divulgação e da aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro da comunidade interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam o fomento do ensino e da aprendizagem; utiliza, como estratégias, a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing.

Ligado ao Departamento de Extensão está a Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC) e Coordenação de Formação Inicial e Continuada. A Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, que cumpre as atividades de rotina relativas ao estágio, como: levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho e estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores; desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego; acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente; constrói bancos de dados de formandos e egressos; faz as diligências para excursões e visitas técnicas, entre outras funções. A Coordenação de Formação Inicial e Continuada articula a elaboração, acompanha a execução e avalia os projetos de formação inicial e continuada em âmbito interno e externo, entre outras atividades inerentes ao Departamento de Extensão.

14.6. DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO DE EAD (DEPEaD)

Articula-se com as diretorias e demais departamentos, sendo responsável pela operacionalização de ambientes de aprendizagem em EaD, bem como pela gestão da produção das diversas mídias educacionais.

O Departamento de Produção de EaD tem, ainda, como serviços específicos articulados com o Departamento de Apoio ao Ensino: revisão de língua e linguagem: analisa, revisa e emite parecer quanto à estrutura semântica, morfológica, sintática e estilística dos textos dos materiais instrucionais produzidos para a educação a distância, em qualquer suporte (impresso, eletrônico ou audiovisual), além dos documentos institucionais.

Coordenação de Gestão de Polos: gerencia os polos quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos, articulando-se com os diretores dos *campi* e coordenadores de polos.

O Departamento de Produção de EaD conta com as seguintes seções de apoio:

14.6.1. Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA)

Modela e gerencia o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/IFRO) – plataforma em que se desenvolvem atividades e avaliações na EaD. No AVA, disponibilizam-se todos os conteúdos e materiais de apoio dos cursos, bem como ferramentas de comunicação entre alunos, tutores e professores.

A Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA) é responsável pelo desenvolvimento, a inovação e a manutenção de tecnologias, infraestruturas e equipamentos tecnológicos, além de apoiar os cursos e servidores do IFRO nos processos da EaD.

14.6.2. Coordenação de Material e Design Instrucional (CMDI)

Esta coordenação elabora o projeto gráfico, formata, diagrama e ilustra os instrumentais impressos e em suporte eletrônico (slides de aulas, cadernos didáticos das disciplinas, materiais de apoio) de acordo com o desenho instrucional dos cursos a distância.

14.6.3. Coordenação de Produção e Geração Audiovisual (CPGA)

A CPGA é responsável pela obtenção dos recursos materiais necessários à realização dos programas, bem como pelos locais de encenação ou gravação, pela disponibilidade dos estúdios e das locações, inclusive a instalação e a renovação de cenários, além de planejar e providenciar os elementos necessários à produção. Além disso, a CPGA é a responsável geral pelas operações de gravação e transmissão das aulas dos cursos a distância, por meio do

estúdio. Coordena a produção dos materiais audiovisuais de apoio aos cursos (externas); gerencia e alimenta o canal do *Campus* Porto Velho Zona Norte no *YouTube*, disponibilizando as aulas e externas *on-line*.

14.7. COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CGTI)

A Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (CGTI), vinculada à Direção-Geral, é o setor com a finalidade de criar e manter condições de funcionamento das atividades ligadas à tecnologia da informação no *campus*, bem como desenvolver serviços e prover suporte especializado a ensino, pesquisa, extensão e administração, visando ao desenvolvimento de suas atividades laborais.

15. AMBIENTES EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS DE SUPORTE

15.1. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é desenvolvido no *Campus* Porto Velho Zona Norte como ferramenta de suporte pedagógico e de complementação de carga horária. Nos cursos de pós-graduação, pode ser utilizado com esta finalidade conforme a disposição no edital de oferta.

Quanto ao uso do AVA, seu objetivo é propiciar recursos para consultar materiais didáticos e textos complementares, realizar atividades didáticas e outras atividades relacionadas ao curso. É uma ferramenta acessada com senha individual e mediante prévio cadastro do acadêmico.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem do *Campus* Porto Velho Zona Norte é planejado para atender às demandas da EaD; para isso, apresenta a estudantes e professores um ambiente fácil e leve quanto ao acesso, à navegação e à visualização. Por meio do AVA, disponibiliza-se o acesso aos serviços de informações acadêmicas, notas, calendários, informações pedagógicas, cronogramas, arquivos disponíveis, slides das aulas, materiais complementares, contatos.

15.2. SISTEMA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO

O Sistema Acadêmico-Administrativo é o aplicativo que auxiliará a gestão acadêmica de matrícula, lançamento de notas e vinculação de professores e tutores, norteados os processos acadêmicos e administrativos. Será utilizado para interface entre instituição e polos de ensino, permitindo cadastros auxiliares, criação de estrutura organizacional, gestão de ambiente de aprendizagem e demais ações necessárias e inerentes a este sistema.

15.3. BIBLIOTECA

O *Campus* Porto Velho Zona Norte oferece uma biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado e organizado, contendo espaços com computadores com acesso à internet e acervo bibliográfico básico com livros, CDs e DVDs. Entende-se que esse acervo deve ser objeto de estudo e disponibilizado aos alunos para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais.

Além disso, docentes e alunos poderão contar com uma biblioteca virtual, com livros, revistas, artigos em formato digital, links, vídeos, faixas de áudio e objetos de aprendizagem, que podem ser acessados de qualquer lugar.

Os alunos têm acesso ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a outros bancos de periódicos públicos e privados, nacionais e internacionais.

15.4. LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

O advento da tecnologia trouxe inúmeras ferramentas que possibilitam aos gestores das organizações o planejamento mais detalhado, com o objetivo de minimizar erros. Desta forma, o uso de laboratórios de informática será de fundamental importância para o desenvolvimento de pesquisa e atividades propostas pelas disciplinas constituintes do curso.

O *Campus* Porto Velho Zona Norte coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos 04 Laboratórios de Informática, com as seguintes configurações: 2 Laboratórios com dimensões de 84m² cada, com 40 computadores para estudantes em cada laboratório e 01 computador para o professor; 2 Laboratórios com dimensões de 52m² cada, com 25 computadores para estudantes em cada laboratório e 01 computador para o professor, onde todos os equipamentos podem ser utilizados diariamente, das 8h às 22h30min.

Todos os laboratórios contam com o software Microsoft Office® e outros, licenciados, a pedido dos professores, sendo prevista a instalação de softwares específicos, a critério das necessidades das disciplinas.

15.5. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

O *campus* onde serão ministradas as aulas possui equipamentos de segurança exigidos para o seu funcionamento, tais como: extintores, hidrantes, lâmpadas de emergência, além de estacionamento fechado, guarita e vigilância.

15.6. RECURSOS DE HIPERMÍDIA

Há os seguintes recursos de hiperídia nos polos: Televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, estúdio completo de gravação, equipamentos para salas de EaD e de transmissão televisiva via satélite, com canal próprio, além de impressoras, scanners, entre outros.

16. EMBASAMENTO LEGAL

Dentre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem como exemplo para análise e seleção. Mas devem ser considerados ainda todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, sejam determinados e determinantes como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino federal.

- a) Decreto n. 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei 9.394/96;
- b) Decreto 9057/2017: regulamenta a oferta de Educação à distância, conforme o artigo 80 da Lei 9.394/1996;
- c) Lei n. 11.892/08: cria os Institutos Federais;
- d) Lei n.9.394/1996: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- e) Lei n. 10.973/2004: dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;
- f) Lei n. 13.005/2014: aprova o Plano Nacional de Educação;
- g) Portaria MEC n. 328/2005: dispõe sobre o Cadastro de Pós-Graduação *Lato Sensu* e define as disposições para sua operacionalização;

- h) Resolução Normativa n. 34/2014: regulamenta a atribuição de direitos sobre criações intelectuais originadas a partir dos instrumentos de fomento - auxílios e bolsas - disponibilizados pelo CNPq e a participação nos ganhos econômicos decorrentes da exploração de patente ou direito de proteção, conferidos a estas criações;
- i) Resolução CNE/CES n. 1/2018: Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização;
- j) Resolução IFRO n. 08/2015: Dispõe sobre o Regulamento da Política de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
- k) Resolução IFRO n. 14/2015: Dispõe sobre o Regulamento de Mobilidade Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;
- l) Resolução IFRO n. 16/2015: Dispõe sobre o Regulamento dos Grupos de Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO;
- m) Resolução IFRO n. 26/2015: Regulamenta o Programa Institucional de Pesquisa-PIP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
- n) Resolução IFRO n. 31/2015: Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
- o) Resolução IFRO n. 17/2018: Dispõe sobre o Regulamento de Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
- p) Resolução IFRO n. 29/2018: Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - 2018-2022;
- q) Tabela de classificação das áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>);

17.

PLANOS DE DISCIPLINA

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento Estratégico na Gestão Pública		
Disciplina: Planejamento Estratégico nas Organizações Públicas		
Módulo I: Fundamentos do Planejamento Estratégico nas Organizações Públicas	Carga Horária	40
Objetivo Geral		
Conhecer as principais definições e ações de planejamento estratégico nas organizações públicas e o embasamento legal de sua constituição.		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> Entender os conceitos básicos relativos ao planejamento estratégico e as legislações aplicadas; Identificar as leis e suas aplicações no planejamento estratégico do setor público; Aplicar ferramentas de planejamento estratégico nas instituições públicas. 		
Ementa		
<ul style="list-style-type: none"> Histórico e evolução do planejamento estratégico no setor público; Legislações aplicadas ao Planejamento Estratégico; Planejamento como função administrativa; Níveis de planejamento, tipos e seus desdobramentos; 		
Referências Básicas		
<p>CARNEIRO, Margareth F. Santos. Gestão pública: o papel do planejamento estratégico, gerenciamento de portfólio, programas e projetos e dos escritórios de projetos na modernização da gestão pública. 1. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.</p> <p>REBOUÇAS, Djalma de Pinho. Planejamento estratégico. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides. Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios. 3 Edição, São Paulo: Atlas, 2011.</p>		
Referências Complementares		
<p>ANDRADE, Nilton de Moraes. Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. São Paulo: Atlas, 2005.</p>		

BEPPLER, Mônica Kùlkamp; PEREIRA, Maurício Fernandes; COSTA, Alexandre Marino. **Discussão conceitual sobre o processo de estratégia nas organizações:** formulação e formação estratégica. Revista Ibero-Americana de Estratégia, v. 10, n. 1, p. 128-146, 2011.

BRASIL, **Constituição Federal.** 1988.

BRASIL. **Decreto-lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a Organização da Administração Federal, estabelece Diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

DE ARAÚJO SILVA, Flávia; GONÇALVES, Carlos Alberto. **O processo de formulação e implementação de planejamento estratégico em instituições do setor público.** Revista de Administração da UFSM, v. 4, n. 3, p. 458-476, 2011.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – **Secretaria de Gestão. Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização.** Instrumento de avaliação da gestão pública – ciclo 2008-2009.

PARSON, Mary Jean. **Planejamento:** de volta às origens. São Paulo: Best Seller, 1988.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento Estratégico Público ou Privado.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VERGANA, Sylvia Constant, CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida. **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva.** 2.ed. rio de janeiro: editora fgv, 2004.

PLANO DE DISCIPLINA

Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública

Disciplina: Métricas e Indicadores de Desempenho

Módulo I: Fundamentos do Planejamento Estratégico nas Organizações Públicas

Carga Horária 40

Objetivo geral

Compreender os fundamentos das métricas e indicadores de desempenho, destacando sua importância para a gestão do planejamento estratégico.

Objetivos específicos

- Discutir os fundamentos das métricas e indicadores de desempenho..
- Reconhecer os conceitos, atributos e tipologias das métricas e indicadores de desempenho.
- Listar os critérios de classificação, as funções e as aplicabilidades das métricas e indicadores de desempenho .
- Identificar as estratégias quantitativas e qualitativas de construção das métricas e indicadores de desempenho.

Ementa

- Fundamentos das métricas e indicadores de desempenho.
- Conceitos, atributos e tipologias das métricas e indicadores de desempenho.
- Critérios de classificação, funções e aplicabilidades das métricas e indicadores de desempenho.
- Estratégias quantitativas e qualitativas de construção das métricas e indicadores de desempenho.

Referências básicas

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretária de Gestão. **Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores.** Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretária de Gestão. **Mapeamento Bibliográfico e do Estado da Arte Sobre Indicadores de Gestão.** Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos –SPI. **Indicadores de Programas: Guia Metodológico.** Brasília MP, 2010.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE. **Indicadores de Desempenho** – Estruturação do Sistema de Indicadores Institucionais. 3.ed. São Paulo: Fundação Nacional da Qualidade, 2012.

UCHOA, Carlos Eduardo. **Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional.** Diretoria de Desenvolvimento Gerencial Programa Gestão Estratégica. Apostila Teórica. Brasília: ENAP, 2013.

Referências complementares
BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. Indicadores – Orientações Básicas Aplicadas a Gestão Pública / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Coordenação de Documentação e Informação – Brasília: MP, 2012.
FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas : o modelo lógico do programa segundo tempo. texto para discussão 1369. Brasília: IPEA, 2009.
GASPARINI, Liz V. L. Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desempenho sustentável : um instrumento de monitoramento da sustentabilidade organizacional. Florianópolis: UFSC, 2003.
GUIMARÃES, José R.S.; JANNUZZI, Paulo M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas . In: XIV Encontro de Estudos Populacionais. Minas Gerais: ABEP, 2005.
JANNUZZI, Paulo. M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações . Campinas: Alínea, 2017.
KIYAN, Fábio Makita. Proposta de desenvolvimento de indicadores de desempenho como suporte estratégico . Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em engenharia da produção. São Carlos: USP, 2001.
SILVA, Christian L. SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Políticas Públicas e Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável . São Paulo. Editora Saraiva, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento Estratégico na Gestão Pública		
Disciplina: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas		
Módulo I: Fundamentos do Planejamento Estratégico nas Organizações Públicas	Carga Horária	40
Objetivo geral		
Compreender a avaliação como uma ferramenta processual permitindo acompanhamento valorativo das políticas públicas durante todo o seu ciclo de existência.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> Refletir sobre o desenvolvimento histórico e compreender os aspectos teórico-conceituais e os diferentes tipos de avaliação de políticas e programas sociais; Identificar os fundamentos teóricos e as ferramentas práticas referentes às metodologias de monitoramento de programas governamentais; Elaborar projeto de avaliação e condução das etapas do processo de avaliação de políticas e programas sociais. 		
Ementa		
<ul style="list-style-type: none"> Histórico, desenvolvimento, conceitos de políticas públicas e políticas sociais; Relação entre a ação governamental e os processos econômicos e políticos; Ciclo das Políticas públicas; Tipos de avaliação de políticas públicas e sociais; Métodos, técnicas e procedimentos utilizados nos diferentes tipos de avaliação; Problemas e controvérsias no campo da avaliação de programas sociais. 		
Referências básicas		
DIAS, Reinaldo. Políticas públicas : princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.		
QUEIROZ, Roosevelt B. Formação e Gestão de Políticas Públicas . Curitiba. Editora Intersaberes, 2012.		
HOCHMAN, Gilberto. ARRETCHE, Marta. Políticas públicas no Brasil . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.		
Referências complementares		

ARCOVERDE, Ana C. B. **Avaliação de políticas públicas**: elemento estratégico de gestão da coisa pública. In: Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas - Neoliberalismo e Lutas Sociais: Perspectivas para as Políticas Públicas. São Luís - MA, 2009. Disponível em: <http://www.arcus-ufpe.com/files/artcoisapub.pdf>.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação participativa de Programas Sociais**. São Paulo, Veras Editora; Lisboa, CPIHTS, 2000.

BASTOS, Celso R.. **Curso de teoria do Estado e ciência política**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, aparelho de Estado e sociedade civil**. Brasília: ENAP, 1995.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. 10 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da Administração Pública**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

PLANO DE DISCIPLINA

Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica

Módulo I: Fundamentos do Planejamento Estratégico nas Organizações Públicas	Carga Horária	40
--	----------------------	----

Objetivo Geral

Compreender o instrumental analítico e metodológico para planejar, executar e avaliar projetos e pesquisas em Gestão Pública.

Objetivos Específicos

- Estabelecer o processo de pesquisa científica;
- Discutir as alternativas metodológicas mais apropriadas a cada caso investigado;
- Entender as etapas do processo de pesquisa, identificando os diferentes tipos de pesquisa quanto à sua abordagem, sua natureza, seus objetivos e seus procedimentos;
- Identificar os benefícios da aplicação desse ferramental no âmbito profissional.

Ementa

- Ciência e pesquisa.
- Planejamento de pesquisa científica.
- Tipos, métodos e técnicas de pesquisa científica.
- Coleta e análise dos dados.
- Projeto de pesquisa.

Referências Básicas

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6ª Ed. São Paulo, Pearson Prentice Hill, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7ª Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

Referências Complementares

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 34ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SIENA, Osmar. **Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Porto Velho: [s.n.], 2007. Disponível em:
http://www.mestradoadm.unir.br/site_antigo/doc/manualdetrabalhoacademicoatual.pdf

PLANO DE DISCIPLINA

Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública

Disciplina: Gestão Estratégica

Módulo II: Gestão do Planejamento Estratégico nas Organizações Públicas.

**Carga
Horária**

40

Objetivo geral

Conhecer os principais conceitos, métodos e práticas sobre estratégia, e entender sua aplicabilidade do planejamento estratégico para o alcance de objetivos na gestão pública.

Objetivos específicos

- Entender os conceitos básicos relativos a gestão estratégica;
- Identificar métodos e técnicas de gestão estratégica, aplicáveis a gestão do planejamento estratégico no setor público;
- Analisar a contribuição e efetividade da gestão estratégica, para a alcance dos objetivos do planejamento estratégico na gestão pública.

Ementa

- Estado Brasileiro e suas transformações;
- Gestão pública contemporânea;
- Globalização e Vantagens Regionais;
- Informação, Conhecimento e Estratégia;
- Estratégia e aprendizagem;
- Estratégia e Sustentabilidade;
- A estratégia como processo complexo nas organizações públicas;
- Inovação no setor público;
- Ferramentas de comunicação com sociedade.

Referências básicas

FERNANDES, Bruno H. R. **Administração Estratégica**. 6ª Ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2010.

LIMA, Paulo D. B. **A Excelência em Gestão Pública: A trajetória e a estratégia do GESPÚBLICA**. 1ª Ed. São Paulo. Quality Mark, 2007.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. PIERANTI, Octávio P. **Estado e Gestão Pública: Visões do Brasil Contemporâneo**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Referências complementares

BOAR, B. **Tecnologia da informação: a arte do planejamento estratégico**. São Paulo: Berkeley, 2002.

HUNGER, J. David. **Gestão estratégica: princípios e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002;

JUDGE, Timothy A. ROBBINS, Stephen Paul, SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional**. 14. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.

MINTZBERG, H. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2001;

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento Estratégico na Gestão Pública		
Disciplina: Gestão Financeira e Orçamentária		
Módulo II: Gestão do Planejamento Estratégico nas Organizações Públicas.	Carga Horária	40
Objetivo geral		
Compreender o ciclo de planejamento orçamentário e financeiro das organizações públicas do Brasil.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os fundamentos da gestão orçamentária e financeira; • Entender as peças orçamentárias; • Interpretar demonstrações contábeis aplicadas ao setor público; • Conhecer as peças orçamentárias. 		
Ementa		
<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos do Estudo de Orçamentos e Finanças Públicas: evolução, princípios e conceitos fundamentais; • O ciclo de planejamento e orçamento no Brasil: Plano plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; Práticas orçamentárias participativas; • Sistema de execução e acompanhamento da gestão Pública: patrimonial, orçamentário, financeiro e compensação. 		
Referências básicas		
<p>BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento aplicado ao setor público : abordagem simples e objetiva. Edição: 2. São Paulo. Atlas, 2013.</p> <p>GIACOMONI, James. Orçamento Público. 16ª Ed. São Paulo. Atlas, 2012.</p> <p>PALUDO, Augustinho. Orçamento Público e Administração Financeira e Orçamentária e LRF. 4ª Ed. São Paulo. Elsevier/Método, 2013.</p>		
Referências complementares		
<p>ALMEIDA Paulo R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica, 2004. (Mimeo).</p> <p>DE ALBUQUERQUE, C. M. Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2006.</p> <p>Carga Tributária no Brasil 2009 – Receita Fiscal do Brasil, disponível em: http://www.receita.fazenda.gov/ FNAS-Fundo Nacional de Assistência Social. Caderno de Gestão Orçamentária e Financeira. Brasília/2013.</p> <p>GONDIM, FÁBIO. Administração Financeira e Orçamentária. Disponível na URL: http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CIT/article/viewFile/1420/1246, 2004.</p> <p>JUND, Sergio. AFO-Administração Financeira e Orçamentária. Elsevier Brasil, 2008. NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Lei de Responsabilidade Comentada. 4ª ed. Brasília: Vest-Con, 2007. OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas.</p> <p>PALUDO, Augustinho. Orçamento público e administração financeira e orçamentária. Campus, 2009. In: RAP, Rio de Janeiro nº 40, v.1, Mar./Abr. 2006, pp.273- 88.</p> <p>RIBEIRO, Renato Jorge Brown. Administração financeira e orçamentária. Ed. Vestcon, Brasília, v. 1, 2003.</p>		

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento Estratégico na Gestão Pública		
Disciplina: Gestão Estratégica de Projetos		
Módulo II: Gestão do Planejamento Estratégico nas Organizações Públicas.	Carga Horária	40
Objetivo geral		
Compreender os principais conceitos e métodos e aplicações da gestão de projetos em organizações públicas		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Entender os conceitos e etapas da gestão de projeto; • Identificar métodos e técnicas de gerenciamento de projetos aplicáveis ao setor público; • Aplicar ferramentas e etapas da gestão de projetos na instituição pública. 		
Ementa		
<ul style="list-style-type: none"> • Definição e ciclo de vida do projeto; • Roteiro prático para a administração de projeto; • Escopo do projeto; • Processos da administração da qualidade do projeto; • A equipe e o gerente do projeto; • Execução, controle e gerenciamento e encerramento do projeto; • Captação de Recursos e Prestação de contas. 		
Referências básicas		
<p>CARVALHO, Marly Monteiro; RABECHINI Jr, Roque. Fundamentos em Gestão de Projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 4ª Ed. São Paulo. Atlas, 2015.</p> <p>MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração de Projetos: como transformar idéias em resultados.5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>PMI, Project Management Institute. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos - Guia PMbok. 5ª ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2014.</p>		
Referências complementares		
<p>CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI JR. Roque. Fundamentos em Gestão de Projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>Confederação Nacional dos Municípios – CNM - Desenvolvimento Urbano: Gestão Territorial. Responsável/Confederação Nacional dos Municípios. – Brasília: CNM, 2008.</p> <p>CLEMENTE, Ademir (Organizador). Projetos empresariais e públicos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MOLINARI, Leonardo. Gestão de Projetos: teorias, técnicas e práticas. 1. ed. São Paulo: Ed. Erica, 2010.</p> <p>KRAMMES, Alexandre Golin. Gerenciamento do Escopo em Projetos Originados por Meio de Licitação. Revista de Gestão e Projetos, v. 4, n. 3, p. 30,2013.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides. Planejamento Estratégico Público ou Privado. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>		

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento Estratégico na Gestão Pública		
Disciplina: Gestão Estratégica de Pessoas		

Módulo II: Gestão do Planejamento Estratégico nas Organizações Públicas.	Carga Horária 40
Objetivo Geral	
Analisar os instrumentos relativos ao alinhamento da gestão estratégica de pessoas nas organizações públicas, de modo a contribuir para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.	
Objetivos Específicos	
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer os conceitos e técnicas mais importantes da gestão de pessoas aplicadas ao setor público; • Relacionar as técnicas utilizadas na gestão de pessoas voltadas para o setor público; • Discutir conceitos e situações da gestão estratégica de pessoas no serviço público. 	
Ementa	
<ul style="list-style-type: none"> • Evolução da gestão estratégica de pessoas; • Poder e cultura nas organizações públicas. • Subsistemas de Recursos Humanos; • Liderança e motivação de pessoas; • Aprendizagem organizacional; • Gestão por Competências; 	
Referências Básicas	
<p>BOWDITCH, James L. Elementos de comportamento organizacional. 9 . Ed. reform. São Paulo. Cengage Learning, 2015.</p> <p>DUTRA, Joel S.; FLEURY, Maria Teresa L.; RUAS, Roberto. Competências: conceitos, métodos e experiências. São Paulo, Atlas, 2008.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4.ed. São Paulo: Manole, 2014.</p>	
Referências Complementares	
<p>BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas em organizações públicas. 3. ed. rev. atual. Caxias do Sul: Educs, 2010.</p> <p>LONGO, Francisco. Mérito e flexibilidade: a gestão das pessoas no setor público. Traduzido do original: <i>Mérito y flexibilidad: la gestión de las personas en las organizaciones del sector público</i>. São Paulo: FUNDAP, 2007. 245 p. ISBN 9788572851022.</p> <p>ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Brasil). Experiências de avaliação de desempenho na Administração Pública Federal. Brasília: ENAP, 2000. 94 p. (Cadernos ENAP, 19).</p> <p>LONGO, Francisco. Metodologia para avaliação da gestão dos recursos humanos no setor público. [<i>Analytical framework for institutional assessment of civil service systems</i>]. Traduzido por: José Mariano Tavares Júnior. Natal: SEARH/ RN, 2007. 132 p. Originalmente apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - Barcelona - 2002.</p> <p>NOGUEIRA, Maria da Glória Gonçalves; SILVA, Marlene Figueira da. A remuneração do servidor público: elementos para definição da hierarquia e remuneração de cargos e carreira. Campo Grande: UNIDERP, 2007. 116 p. ISBN 9788577041046.</p> <p>OCDE. Desenvolvimento recente na gestão dos recursos humanos nos países-membros da OCDE - Serviço de Gestão Pública/ Comitê de Gestão Pública - PUMA/OCDE. Revista do Serviço Público - RSP, Brasília: ENAP, v. 52, n. 2, p. 49- 68, abr./jun. 2001. Download do arquivo.</p> <p>ROBBINS, Stephen. Comportamento Organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.</p> <p>OCDE. Modernizando o emprego público. Revista do Serviço Público - RSP, Brasília: ENAP, v. 56, n. 4, p. 419-428, out. /dez.2005.</p> <p>PACHECO, Regina Silvia. Política de recursos humanos para a reforma gerencial: realizações do período 1995-2002. Revista do Serviço Público - RSP, Brasília: ENAP, v. 53, n. 4, p. 79-106, out./dez. 2002.</p> <p>PIRES, Alexandre Kalil et. al. Gestão por Competências em Organizações de Governo: mesa-redonda de pesquisa- ação. Brasília: ENAP, 2005. 99 p. A Mesa-Redonda de Pesquisa-Ação em Gestão por Competências ocorreu no período de 09/11/04 a 28/03/05. ISBN 8525600466.</p>	

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento Estratégico na Gestão Pública		
Disciplina: Gestão Estratégica de Marketing		
Módulo II: Gestão do Planejamento Estratégico nas Organizações Públicas.	Carga Horária	40
Objetivo geral		
Compreender os conceitos básicos da Gestão estratégica de Marketing, destacando a importância da ação voltada para o serviço público como elemento essencial da estratégia organizacional.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os conceitos e técnicas mais importantes de Marketing aplicadas ao setor público; • Dominar as técnicas utilizadas na tomada de decisões de marketing, no que tange à administração pública; • Compreender conceitos e problemas de marketing referentes ao papel do gestor público. 		
Ementa		
<ul style="list-style-type: none"> • Definição e papel do Marketing; • Marketing em organizações públicas; • Marketing institucional e social; • Marketing de serviços e de relacionamentos em organizações públicas; • Ferramentas de comunicação; • Estratégias de e-marketing. 		
Referências básicas		
<p>CHURCHILL JR, Gilbert A. Marketing: criando valor para os clientes. Saraiva, 2000.</p> <p>CZNIKOTA, M.R. Marketing: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2001.</p> <p>LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de serviços. Editora Atlas SA, 2000.</p> <p>KOTLER, P. & Keller, K.L. Administração de Marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2005.</p> <p>KOTLER, Philip. Marketing no setor público. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p>		
Referências complementares		
<p>COBRA, Marcos. Administração de marketing no Brasil. São Paulo: Cobra, 2003.</p> <p>PENTEADO, José Roberto Whitaker. Marketing no Brasil não é fácil. Rio de Janeiro: LTC, 1990.</p> <p>SHIRAIISHI, Guilherme. Administração de Marketing. 1. ed. São Paulo: Pearson Brasil., 2012.</p> <p>ZENOME, Luiz Cláudio. Marketing social. São Paulo: Thomson Learning, 2006.</p>		

18. **REFERÊNCIAS**

BELLONI, Maria Luíza. **Educação a distância**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. p. 6.

BEHAR, Patricia Alejandra; LEITE, Sílvia Meirelles. Criando novos espaços pedagógicos na Internet: o ambiente ROODA. In: WWW/Internet 2005, 2005, Lisboa. Anais do. Lisboa: IADIS. v. 1. p. 3-10, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>.

_____. **Lei 11.494, de 20 de junho de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>.

_____. Secretaria de Educação a distância (Org.). Integração das Tecnologias na Educação. Integração das Tecnologias na Educação. Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o futuro. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/imagens/livros/integracao-das-tecnologias-na-educacao.zip>>.

_____. Lei nº 13.005. Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília – DF. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>.

IFRO. Guia de Utilização do AVA para Cursos Presenciais com Aproveitamento de Carga Horária em Ead. Departamento de Produção de Ead. *Campus* Porto Velho Zona Norte: IFRO, 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: **Saberes Necessários À Prática Educativa**. 32ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

GARDNER, Howard. **Estruturas da Mente: A Teoria das Inteligências Múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

JUNQUILHO, Gelson Silva. **Teorias da administração pública**. Florianópolis: Departamento de ciências da administração/UFSC: CAPES: UAB, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Ed. 34, 1999.

MTE/RAIS. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Evolução do Emprego Formal. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/rais_anual/rais-2012.htm>.

NEWCOMER, Kathryn E. **A preparação dos gerentes públicos para o século XXI**. In: Revista do serviço público, Brasília, v. 50, n. 2, p. 5-18, abr./jun. 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos e consultoria de Cristina Dias Alessandrini. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia: Polêmicas do nosso tempo**. 32 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

APÊNDICE A - Plano de Ensino

IDENTIFICAÇÃO				
Curso:		Modalidade:		
Disciplina:	Ano/Semestre:	CH:		
Professor:				
OBJETIVOS				
GERAL:				
ESPECÍFICOS:				
EMENTA				
AULA				
Conteúdo		Data	CH	
a)				
b)				
c)				
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO AVA				
Atividade	Data de início	Data de entrega	Orientações/Tema	CH

METODOLOGIA GERAL
RECURSOS BÁSICOS
AVALIAÇÃO
Critérios/Instrumentos
REFERÊNCIAS BÁSICAS
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
PARECER DA COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
() Deferido () Indeferido.

APÊNDICE B - Termo de Compromisso com o Curso (de cada docente comprometendo-se a preparar material didático e ministrar disciplina, cumprindo sua respectiva carga horária).

Termo de Compromisso (Professor)

Eu, _____, Professor (a) do Curso de _____ desta Instituição, declaro para os devidos fins, estar de acordo em preparar material didático e ministrar a disciplina _____, cumprindo com sua carga horária de _____.

Local, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Professor
Assinatura do Coordenador do Curso

APÊNDICE C - Modelo de Termo de Compromisso – TCC (Aluno)

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO (ALUNO)

Eu, _____, aluno (a) do Curso de _____ desta Instituição, comprometo-me a cumprir as exigências para a elaboração e apresentação escrita e oral do Trabalho de Conclusão de Curso, respeitando prazos e normas técnicas para a elaboração de trabalhos acadêmicos, reconhecendo a autoria de conceitos, ideias e pesquisas anteriores a que realizarei, zelando pela contribuição técnico-científica e social e pelo padrão de qualidade das pesquisas do IFRO.

Local, _____ de _____ de 200__.

Assinatura do(a) aluno (a): _____

APÊNDICE D - Modelo de Termo de Aceite para Orientação TCC (Professor)

TERMO DE ACEITE

Eu, _____, professor (a) do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em _____, declaro que aceito orientar o aluno (a) abaixo relacionado(a).

Aluno	Título do TCC

Local, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) Professor(a) Orientador(a):

Assinatura do Coordenador(a) do Curso:

Assinatura do Professor de TCC

APÊNDICE E: Declaração de desligamento de Orientação

DECLARAÇÃO DE DESLIGAMENTO DE ORIENTAÇÃO

Eu, _____, professor, declaro desligamento da orientação do Trabalho de Conclusão de Curso do cursista _____, matriculado no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em _____, desta Instituição. Os motivos da desistência são os seguintes:

Local, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) professor(a) orientador(a)

APÊNDICE F - Ficha de Acompanhamento de Orientação

IDENTIFICAÇÃO				
Orientador				
Cursista				
Título do trabalho				
ATIVIDADES				
Data	Atividade	Horário (início e Fim)	Assinatura do aluno	Assinatura do professor

Assinatura do(a) Orientador(a)

APÊNDICE G - Sugestão de Ficha de Avaliação para TCC

IDENTIFICAÇÃO			
Acadêmico			
Orientador			
Título do Trabalho			
	ITEM	PONTUAÇÃO	
		PREVISTA	OBTIDA
1	Relevância científica da pesquisa e sua relação com a prática educativa em sala de aula ou ambiente congênere	10	
2	Delimitação do tema, formulação do problema, objetivos e justificativa	10	
3	Fundamentação teórica	10	
4	Metodologia empregada	10	
5	Discussão sobre os resultados da pesquisa	20	
6	Conclusão	10	

7	Originalidade, criatividade e atendimento à norma-padrão da Língua Portuguesa	10	
8	Formatação (estética e atendimento às normas da ABNT)	5	
9	Referenciais	5	
10	Coesão e coerência	10	
TOTAL		100	
Parecer final:			
Observações:			
Assinatura da Comissão Avaliadora			
Avaliador 1	Avaliador 2		Avaliador 3

Assinatura do(a) Coordenador(a) do Curso

APÊNDICE H - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está sendo apresentado em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o (a) Orientador(a) da pesquisa, Prof.^a _____ telefone _____ e/ou Coordenador do Curso telefone _____

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: _____

Pesquisador Responsável : _____

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): _____

Pesquisadores participantes: _____

Telefones para contato : _____

Descrição da pesquisa, objetivos, detalhamento dos procedimentos, forma de acompanhamento (informar a possibilidade de inclusão em grupo controle se for o caso);

Especificação dos riscos, prejuízos, desconforto, lesões que podem ser provocados pela pesquisa, formas de indenização, ressarcimento de despesas.

Descrever os benefícios decorrentes da participação na pesquisa.

Explicar procedimentos, intervenções, tratamentos, métodos alternativos.

Esclarecimento do período de participação, término, garantia de sigilo, direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. Em caso de pesquisa onde o sujeito está sob qualquer forma de tratamento, assistência, cuidado, ou acompanhamento, apresentar a garantia expressa de liberdade de retirar o consentimento, sem qualquer prejuízo da continuidade do acompanhamento/ tratamento usual.

Nome e Assinatura do pesquisador _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/ CPF/ n., abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

Local e data _____

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Observações complementares

**APÊNDICE I - Modelo de Termo de Cessão de Direitos Autorais
(Registrar em cartório)**

Pelo presente instrumento particular, de um lado (Nome completo e por extenso do autor), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), CPF n. (...), Cédula de Identidade RG n. (...) residente e domiciliado à Rua (...), na cidade de (...), Estado de (...), denominado CEDENTE, de outro lado o **INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA**, Pessoa Jurídica de direito público, CNPJ nº 10.817.343/0001-05, com sede a Av. Jorge Teixeira, 3146 - Setor Industrial - Porto Velho - RO CEP: 76821002, doravante denominada **IFRO**, neste ato Representada por (...), função (...), Portador da Cédula de Identidade n(...), inscrito no CPF sob o n. (...), neste ato legal e estatutariamente representada, denominada CESSIONÁRIA, têm, entre si, como justo e contratado, na melhor forma de direito, o seguinte:

Cláusula 1º - O CEDENTE, titular dos direitos autorais sobre (...), cede, a título gratuito, à CESSIONÁRIA o direito exclusivo de edição, reprodução, impressão, publicação e distribuição, em língua portuguesa, sobre o mesmo, nos termos da Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cláusula 2º - A CESSIONÁRIA fica autorizada pelo CEDENTE a promover quantas edições, totais ou parciais, se fizerem necessárias e em qualquer número de exemplares, bem como, a distribuição da mesma, abdicando de seus direitos e de seus descendentes.

Cláusula 3º - Fica eleito o foro do juízo da Justiça Federal da Seção Judiciária de Porto Velho, RO para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo.

E por estarem em pleno acordo com o disposto neste instrumento particular, CEDENTE e CESSIONÁRIA assinam na presença de duas testemunhas abaixo, destinando-se uma via para cada uma das partes contratadas neste instrumento.

Local, _____ de _____ de 20__.

CEDENTE: _____

CESSIONÁRIA: _____

TESTEMUNHAS

1 - _____
CPF Nº. _____

2 - _____
CPF Nº. _____

APÊNDICE J - Ata de defesa do TCC

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na sala _____ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, *Campus* _____, o(a) aluno(a)

_____ defendeu o Trabalho intitulado
“_____” na presença da Banca avaliadora formada por _____
(presidente/orientador(a)), Prof. _____ (membro) e Prof. _____

(membro). O trabalho foi aprovado sob média _____ (_____), e deverá ser entregue impresso e em CD com as devidas correções indicadas pela banca (caso necessário), no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da presente data.

BANCA:

Prof.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Instituição
Presidente

Prof.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Instituição
Membro

Prof.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Instituição
Membro

ANEXO K – AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA

Eu, _____, orientador do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado _____, realizado pelo aluno _____, matrícula _____, autorizo a entrega da versão final, no modelo de:

Artigo Outro _____.

Local, _____ de _____ de _____

Professor Orientador

(Preenchimento pela Biblioteca)

Eu, _____, matrícula _____, informo que o(a) aluno(a) _____ autor do trabalho de conclusão de curso intitulado _____ entregou o TCC nesta biblioteca obedecendo os seguintes critérios:

- TCC em versão digital contendo ficha catalográfica e folha de aprovação assinada;
- Autorização para publicação em meio eletrônico.

Assim, o aluno está com a situação REGULAR, no que se refere ao TCC.

Local, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) recebedor(a)

ANEXO L - AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia a publicar em ambiente digital institucional, de acesso livre, sem ressarcimento dos direitos autorais previstos na Lei nº 9610/98 e em outras que regulem ou vierem a regular a matéria, o texto integral do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em _____, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura e/ou impressão, a título de divulgação da produção científica brasileira.

Tipo de trabalho:
Curso de Pós-graduação:
Campus:

Autor:	
CPF:	
Telefone:	
E-mail:	
Nome para citação:	
Orientador:	
Instituição:	e-mail*
Coorientador:	
Instituição:	e-mail*:
Membro da banca:	
Instituição:	
Membro da banca:	
Instituição:	
Título Obtido:	
Data da apresentação: / /	
Título do trabalho:	
Palavras-chave:	
Grande área (tabela área de conhecimento CAPES):	
Nome do arquivo em PDF:	
Divulgação do e-mail do autor na página () Sim () Não	

Local, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) autor(a)